Outubro/2014

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

IV Concurso Público de Provas e Títulos para Ingresso à Carreira de Defensor Público

Defensor Público

Nome do Candidato: Caderno de Prova 'A01', Tipo 003

Nº de Inscrição: MODELO

Nº do Caderno: MODELO1

Nº do Documento: 0000000000000000

00001−0001−0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA OBJETIVA

Primeira Fase

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.
- Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: Ⓐ ● Ⓒ Ⓓ Ⓔ

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

Língua Portuguesa

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 5, considere o texto abaixo, de Hélio Schwartsman.

Fotos, macacos e deuses

SÃO PAULO – Segundo a Wikipedia, o direito autoral do autorretrato, o "selfie" para usar o termo da moda, que uma macaca fez com o equipamento que furtara de um fotógrafo pertence ao animal. A discussão surgiu porque David Slater, o dono da máquina, pedira aos editores da enciclopédia que retirassem a imagem por violação de direitos autorais.

Como piada, a argumentação da Wikipedia funciona bem. Receio, porém, que essa linha de raciocínio deixe uma fronteira jurídica desguarnecida. Se os direitos pertencem à macaca, por que instrumento legal ela os cedeu à enciclopédia?

Não são, entretanto, questiúnculas jurídicas que eu gostaria de discutir aqui, mas sim a noção de autoria. Obviamente ela transcende à propriedade do equipamento. Se a foto não tivesse sido tirada por uma macaca, mas por um outro fotógrafo com a máquina de Slater, ninguém hesitaria em creditar a imagem a esse outro profissional.

Só que não é tão simples. Imaginemos agora que Slater está andando pela trilha e, sem querer, deixa seu aparelho cair no chão, de modo que o disparador é acionado. Como que por milagre, a máquina registra uma imagem maravilhosa, que ganha inúmeros prêmios. Neste caso, atribuir a foto a Slater não viola nossa intuição de autoria, ainda que o episódio possa ser descrito como uma obra do acaso e não o resultado de uma ação voluntária.

A questão prática aqui é saber se o "selfie" da macaca está mais para o caso do fotógrafo que usa a máquina de outro profissional ou para o golpe de sorte. E é aqui que as coisas vão ficando complicadas. Fazê-lo implica não só decidir quanta consciência devemos atribuir à símia mas também até que ponto estamos dispostos a admitir que nossas vidas são determinadas pelo aleatório. E humanos, por razões evolutivas, temos verdadeira alergia ao fortuito. Não foi por outro motivo que inventamos tantos panteões de deuses.

(**Folha de S.Paulo**, A2 opinião, 09/08/2014)

1. *Receio, porém, que* ***essa linha de raciocínio*** *deixe uma fronteira jurídica desguarnecida.*

O segmento destacado na frase acima exerce a mesma função sintática do segmento destacado em:

(A) *a máquina registra uma imagem maravilhosa, que ganha inúmeros prêmios.*

(B) *ninguém hesitaria em creditar a imagem a esse outro profissional.*

(C) *ninguém hesitaria em creditar a imagem a esse outro profissional.*

(D) *Imaginemos agora que Slater está andando pela trilha.*

(E) *a máquina registra uma imagem maravilhosa, que ganha inúmeros prêmios.*

2. No texto,

(A) a coerência do uso da expressão *panteões de deuses* ao final do texto é construída, passo a passo, pela solidariedade mais intensa entre os segmentos *deuses* (no título), *Como que por milagre* (linha 23), *nossa intuição de autoria* (linhas 25 e 26) e *fortuito* (linha 37).

(B) o emprego das formas verbais *furtara* e *pedira* (parágrafo 1), que denotam ações anteriores a outras já passadas, evidencia que as ações de "furtar" e de "pedir" são simultâneas.

(C) as conjunções adversativas *porém* (linha 9) e *entretanto* (linha 13) exprimem um sentido opositivo à mesma ideia, ainda que esta se faça presente em períodos distintos.

(D) as aspas em "selfie" (linha 2) evidenciam a intenção do autor de explicitar seu conhecimento de que a palavra pertence ao registro coloquial, forma paralela à forma culta *autorretrato*.

(E) o comentário sobre a decisão acerca de *quanta consciência devemos atribuir à símia* (parágrafo 5) retoma as bases do raciocínio desenvolvido no último período do parágrafo 3.

3. Considerada a norma padrão, é correto afirmar:

(A) A palavra *animal* (linha 4) está em relação de hiponímia com a palavra "macaca" (linha 3).

(B) A grafia de *autorretrato* respeita o Acordo Ortográfico aprovado em 1990, que determina também, por exemplo, a eliminação do acento em "pôde" (3ª pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo) e em "pôr" (verbo).

(C) O verbo *querer*, empregado no texto (linha 21), também está adequadamente flexionado e grafado na frase "Sem que ele quizesse, acabou provocando acalorada discussão".

(D) O radical grego presente em *autorretrato* (linha 2) está presente também em "autógrafo" e "autonomia".

(E) O sufixo presente em *questiúncula* (linha 13) intensifica a natureza grandiosa e desafiadora das questões que o autor não deseja discutir.

4. Segmentos do texto são apresentados abaixo seguidos de um comentário acerca de pontuação.
Considerada a norma padrão da língua escrita, assinale a observação correta.

(A) *pedira aos editores da enciclopédia que retirassem a imagem por violação de direitos autorais* / A inclusão de uma vírgula após a palavra *enciclopédia* está em concordância com as orientações da gramática normativa.

(B) *...o direito autoral do autorretrato, o "selfie" para usar o termo da moda, que uma macaca fez* / Levando em conta a sintaxe e a semântica do trecho, é obrigatória a inclusão de uma vírgula após a palavra "selfie".

(C) *Receio, porém, que essa linha de raciocínio deixe uma fronteira jurídica desguarnecida* / A retirada da vírgula após a palavra *Receio* mantém a correção da frase.

(D) *Não são, entretanto, questiúnculas jurídicas que eu gostaria de discutir aqui* / a retirada da vírgula após a palavra *são* é correta.

(E) *Só que não é tão simples* / A inclusão de dois-pontos após a palavra *Só* não prejudica a correção da frase.

5. *Fazê-lo implica não só decidir quanta consciência devemos atribuir à símia mas também até que ponto estamos dispostos a admitir que nossas vidas são determinadas pelo aleatório.*

O trecho destacado acima recebeu formulações alternativas, abaixo transcritas. A única que **prejudica** o sentido original é:

(A) tanto decidir quanta consciência devemos atribuir à símia, como também até que ponto estamos dispostos.

(B) tanto decidir quanta consciência devemos atribuir à símia, quanto até que ponto estamos dispostos.

(C) decidir quanta consciência devemos atribuir à símia e, igualmente, até que ponto estamos dispostos.

(D) não tanto decidir quanta consciência devemos atribuir à símia, quanto até que ponto estamos dispostos.

(E) quer decidir quanta consciência devemos atribuir à símia, quer até que ponto estamos dispostos.

Atenção: Para responder às questões de números 6 a 15, considere o texto abaixo, conferência pronunciada por Joaquim Nabuco a 20 de junho de 1909 na Universidade de Wisconsin, nos Estados Unidos.

Viajando uma vez da Europa para o Brasil, ouvi o finado William Gifford Palgrave, meu companheiro de mesa, escritor inglês muito viajado no Oriente, perguntar ao comandante do navio que vantagem lhe parecia ter advindo da descoberta da América. Por sua parte, não lhe ocorria nenhuma, salvo, apenas, o tabaco. Foi a primeira vez que ouvi exprimir essa dúvida, mas anos depois vim a comprar um velho livro francês, de um Abbé Genty, livro intitulado: L'Influence de la découverte de L'Amérique sur le bonheur du genre humain*, e soube então que a curiosa questão havia sido proposta seriamente para um prêmio pela Academia de Lyon, antes da Revolução Francesa, e que estava formulada do seguinte modo: "Tem sido útil ou prejudicial ao gênero humano a descoberta da América?". O trabalho de Genty não passa, em seu conjunto, de uma declamação oca, onde não há nada a colher além da esperança que o autor exprime na regeneração da humanidade pela nova nação americana. Na independência dos anglo-americanos, vê "o sucesso mais apto a apressar a revolução que reconduzirá a felicidade à face da Terra". E acrescenta: "É no seio da República recém-nascida que se acham depositados os verdadeiros tesouros destinados a enriquecer o mundo". O livro merece por isso ser conservado, mas a época em que foi escrito, 1787, não permitia ainda que se pudesse avaliar a contribuição do Novo Mundo para o bem-estar da humanidade. Era já a aurora do dia da América, mas nada mais senão a aurora. George Washington presidia à Convenção Constitucional, porém a influência desse grande acontecimento ainda não fora além do choque causado ao Velho Mundo. Ainda não produzira a Revolução Francesa. Sua importância não podia por enquanto ser imaginada.*

Há na vida das nações um período em que ainda não lhes foi revelado o papel que deverão desempenhar. O feitio que a influência romana tomaria não podia ser previsto nem nos grandes dias da República. Uma conversa entre César e Cícero sobre o papel histórico da Gália ou da Bretanha não poderia levar em conta a França ou a Inglaterra. Hoje mesmo, quem poderia dizer algo de essencial sobre o Japão ou a China? Do Japão, pode-se afirmar que, para o mundo exterior, está apenas na aurora. Quanto à China, continua velada na sua longa noite, brilhando apenas para si própria. Na história da humanidade, a impressão de qualquer um deles poderá sequer imaginar-se? Mas já se pode estudar a parte da América na civilização. Podemos desconhecer suas possibilidades no futuro, como desconhecemos as da eletricidade; mas já sabemos o que é eletricidade, e também conhecemos a individualidade nacional do vosso país. As nações alcançam em época determinada o pleno desenvolvimento de sua individualidade; e parece que já alcançastes o vosso. Assim podemos falar com mais base que o sacerdote francês nas vésperas da Revolução Francesa.

(A parte da América na civilização. In **Essencial Joaquim Nabuco**. org. e introd. Evaldo Cabral de Mello. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010, p. 531/532)

6. Esta questão considera a argumentação adotada no texto, proferido no início do século XX. No **primeiro parágrafo,** o autor, ao fazer referência

(A) (linha 6) ao *tabaco*, pontua a intolerância que fundamenta seu juízo sobre a *República* recém-nascida: (linhas 27 e 28) *Era já a aurora do dia da América, mas nada mais senão a aurora*.

(B) (linhas 12 e 13) à época em que foi proposta a questão para um prêmio da Academia de Lyon – *antes da Revolução Francesa* – sinaliza a então pertinência da reflexão implicada no tema.

(C) (linha 1) à viagem da Europa para o Brasil, comprova o conhecimento *in loco* das realidades internacionais comentadas no texto, conhecimento que assegura credibilidade a todas as suas ponderações.

(D) (linhas 11 e 12) à questão proposta para o prêmio da *Academia de Lyon*, objetiva apontar a falta de originalidade da obra de Genty, motivo da avaliação negativa recebida pelo livro do autor francês.

(E) (linha 28) a George Washington, objetiva desqualificar o valor atribuído à Convenção presidida pelo americano, no que se refere ao impacto que produziu no contexto do Velho Mundo.

7. *... anos depois vim a comprar um velho livro francês* [...]*, e soube* ***então*** *que a curiosa questão havia sido proposta seriamente para um prêmio pela Academia de Lyon...*

É correto o seguinte comentário sobre a palavra destacada acima, em seu contexto:

(A) como advérbio, está empregada com o mesmo sentido observável na frase "A protagonista entra correndo e então desaba no sofá, em prantos".

(B) pode ser substituída pela expressão "como conclusão", sem prejuízo do sentido original.

(C) interjeição, constitui uma voz que serve para animar, como se tem em "Então, aceita o convite?".

(D) é substantivo masculino e tem o mesmo sentido que se observa na frase "Na manhã mais chuvosa e fria de então, aparece-lhe a amiga tida como desaparecida".

(E) expressa a mesma modalidade temporal notada na frase "Quando chegar à maioridade, aí então você tomará a decisão que julgar melhor".

8. Entende-se corretamente do segundo parágrafo, em seu contexto:

(A) O desenvolvimento da individualidade de um país é fenômeno pontual; quando tal individualidade é devidamente identificada, determina com precisão com que outras nações estabelecerá relações culturais.

(B) Até os mais gloriosos dias da República Romana não adquiriram consistência bastante para produzir ou manter ascendência sobre certos povos, tais como os franceses ou ingleses.

(C) Até o início do século XX, as culturas chinesa ou japonesa não produziram nada de relevante para merecer a atenção dos demais países do mundo, motivo pelo qual ficaram à margem de análises críticas.

(D) O que se diz sobre a hipotética conversa entre César e Cícero comprova que a avaliação de influências interculturais sofre contigências, ideia que fundamenta a frase *Sua importância não podia por enquanto ser imaginada.*

(E) O paralelismo estabelecido entre o Japão e a China é construído sobre o fato de que ambos os países são idênticos quanto à sua visibilidade para os demais, o que gera o tratamento único dispensado aos dois países em *Hoje mesmo, quem poderia dizer algo de essencial sobre o Japão ou a China?*

9. Observe a coesão e a coerência do texto especificamente relacionadas ao emprego da palavra *seriamente*, à linha 11, e considere as afirmações que seguem.

I. A lógica do raciocínio faz pressupor que a presença de *seriamente* na frase implica a ideia de que a *curiosa questão* (linha 11) poderia receber, ou ter recebido, tratamento mais superficial.

II. É plausível entender que Joaquim Nabuco tenha oposto a situação informal de estar à mesa no navio – ocasião em que a questão foi proposta ao comandante – à situação formal, séria, de proposta de tema para prêmio acadêmico.

III. Joaquim Nabuco restringe a mencionada seriedade à formulação do tema pela Academia, em oposição à formulação "oca" do título da obra do abade Genty.

O texto legitima APENAS as assertivas

(A) I.

(B) I e III.

(C) II e III.

(D) I e II.

(E) II.

10. *Viajando uma vez da Europa para o Brasil, ouvi o finado William Gifford Palgrave, meu companheiro de mesa, escritor inglês muito viajado no Oriente, perguntar ao comandante do navio que vantagem lhe parecia ter advindo da descoberta da América. Por sua parte, não lhe ocorria nenhuma, salvo, apenas, o tabaco.*

Considerada a passagem acima, o texto legitima o comentário expresso em:

(A) A forma nominal do verbo "viajar", no contexto em que está inserida, permite uma única interpretação, a saber, equivale semanticamente a "Porque viajava".

(B) As formas verbais *ouvi* e *perguntar*, ainda que espacialmente afastadas na frase, constituem uma locução verbal.

(C) O modo como foram empregados os pronomes, na última frase, produz ambiguidade, que, nesse específico tipo de texto, é indesejável.

(D) O emprego concomitante de *salvo* e *apenas* constitui pleonasmo vicioso, pois ambas as palavras exprimem exatamente a mesma ideia.

(E) A forma verbal *advindo* está empregada em conformidade com a norma padrão da língua, assim como o está a forma destacada na frase "Quando advirem as críticas a seu texto, poderemos avaliá-lo melhor".

11. *Há na vida das nações um período em que ainda não* ***lhes*** *foi revelado o papel que deverão desempenhar.*

Sobre o pronome destacado acima, afirma-se com correção, considerada a norma padrão escrita:

(A) está empregado em próclise, mas poderia adequadamente estar enclítico à forma verbal.

(B) pode ser apropriadamente substituído por "à elas", posicionada a expressão após a palavra *revelado*.

(C) constitui um dos complementos exigidos pela forma verbal presente na oração.

(D) está empregado com sentido possessivo, como se tem em "Dois equívocos comprometeram-lhe o texto".

(E) dado o contexto em que está inserido, se sofrer elipse, não altera o sentido original da frase.

12. Os segmentos do texto indicados motivaram a criação de outras frases, independentes dele. Dentre as novas formulações, a única que está em conformidade com a norma padrão é:

(A) *a contribuição do Novo Mundo para o bem-estar da humanidade* / os mais citados bem-estar estavam relacionados ao direito à educação, à saúde e à segurança.

(B) *a curiosa questão havia sido proposta* / os duvidosos acordos haverá de serem rejeitados.

(C) *Há na vida das nações um período* / Devem ter havido acontecimentos realmente pouco acessíveis aos historiadores.

(D) *a impressão de qualquer um deles poderá sequer imaginar-se?* / as alterações, quaisquer que venham a ser propostas, terão de ser avaliadas.

(E) *parece que já alcançastes o vosso* / parece, Vossa Excelência, que já angariou, com labor honesto, o respeito que vos é devido.

13. *As nações alcançam em época determinada o pleno desenvolvimento de sua individualidade; e parece* ***que já alcançastes o vosso.***

O segmento em negrito na frase acima está redigido de modo apropriado. Considerada a norma padrão escrita no que se refere a regência verbal, a frase em que o trecho destacado está também formulado corretamente é:

(A) Definiu claramente **com que pontos de referência o grupo deveria aferir os melhores candidatos.**

(B) O professor **cujo trabalho o rapaz atribuía grande valor** aposentou-se.

(C) A garota **por quem ele se incompatibilizou na última reunião** já saiu do grupo.

(D) O processo **que ele, indevidamente, se descurou** acarretou-lhe críticas e muitas dívidas.

(E) Antes que terminasse sua gestão, **favoreceu a alguns funcionários por aumento de salário.**

14. Considerada a norma padrão escrita da língua, afirma-se com correção:

(A) Em *Quanto à China, continua velada na sua longa noite, brilhando apenas para si própria,* o gerúndio exprime ideia de condição.

(B) Transpondo, para o discurso direto, o discurso indireto presente em *ouvi o finado William Gifford Palgrave* [...] *perguntar ao comandante do navio que vantagem lhe parecia ter advindo da descoberta da América*, a forma obtida é: "– Comandante, que vantagem lhe parecia ter advindo da descoberta da América?".

(C) Transposição da frase *a curiosa questão havia sido proposta seriamente para um prêmio pela Academia de Lyon* para a voz ativa gerará adequadamente a forma verbal "propusera".

(D) Em não passa [...] *de uma declamação oca, onde não há nada a colher*, o pronome "onde" está devidamente empregado, como o está a palavra que se destaca em "Gosta de falar de improviso, é **aonde**, na maioria das vezes, ele peca".

(E) Em *O livro merece por isso ser conservado, mas a época em que foi escrito, 1787, não permitia ainda que se pudesse avaliar a contribuição do Novo Mundo para o bem-estar da humanidade*, é necessário um reparo, pois a forma "à época", com acento indicativo da crase, é, no contexto, obrigatória.

15. *Era já a aurora do dia da América, mas nada mais senão a aurora.*

Considerada a frase acima, em seu contexto, assinale a assertiva correta.

(A) Substituir *da América* por "americano" em nada prejudica o sentido original, pois é regra do idioma que o sentido da locução adjetiva é absolutamente idêntico ao sentido do adjetivo que corresponde a ela.

(B) A frase "Ainda que já fosse a aurora do dia da América, era nada mais senão a aurora" está gramaticalmente correta e é semanticamente equivalente à frase original.

(C) O advérbio *já* pode ser substituído por "em pouco tempo", sem prejuízo do sentido original.

(D) Por vir associada à palavra *dia*, não se pode dizer que a palavra *aurora* está empregada como metáfora.

(E) A substituição de *senão* por "se não" mantém o sentido original da frase.

Direito Constitucional

16. Na Constituição Federal está previsto que "A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações." Para tanto, ela traz como princípios pelos quais se rege nas relações internacionais, expressamente a

(A) construção de uma sociedade livre, justa e solidária e garantir o desenvolvimento nacional.

(B) erradicação da pobreza e a marginalização e redução das desigualdades sociais e regionais.

(C) prevalência dos direitos humanos, a solução pacífica dos conflitos e o repúdio ao terrorismo e ao racismo.

(D) soberania, a cidadania e a dignidade da pessoa humana.

(E) garantia dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.

17. No que se refere à defesa do Estado e das instituições democráticas, é correto afirmar:

(A) Para a decretação do estado de defesa deve haver prévia solicitação de autorização pelo Presidente da República ao Congresso Nacional.

(B) O controle político a ser exercido sobre a decretação do estado de sítio será realizado pelo Congresso Nacional por maioria simples de seus membros, dentro do prazo de 5 dias contados do recebimento do decreto.

(C) A defesa das instituições democráticas caracteriza-se pela preponderância de um grupo de poder sobre o outro com a imposição de uma legalidade extraordinária para restabelecer a ordem violada.

(D) As hipóteses de casos em que se poderá decretar o estado de defesa estão previstas de forma exemplificativa na Constituição Federal.

(E) A defesa do Estado traduz-se na defesa do território nacional contra invasões estrangeiras, na defesa da soberania nacional e na defesa da pátria.

18. Com relação aos direitos individuais e aos mecanismos para sua proteção – garantias ou remédios constitucionais –, é correto afirmar:

(A) Quando negada por uma repartição pública uma certidão que se faz necessária para a defesa de direitos pessoais é cabível a impetração de mandado de segurança.

(B) No que se refere à legitimidade ativa, tem-se que pessoa jurídica não pode impetrar *habeas data*.

(C) O mandado de segurança poderá ser proposto concomitantemente com o *habeas data* versando sobre o mesmo fato e matéria.

(D) A ação popular, para ser proposta, pressupõe exclusivamente a prova da ilegalidade do ato e da condição de cidadão do autor.

(E) O *habeas data* exige, para seu ajuizamento, o prévio esgotamento de todos os meios administrativos e jurídicos de prevenção ou repressão aos atos ilegais contrários ao direito da pessoa de obter os dados inerentes a sua pessoa que constam de cadastros de bancos de dados.

19. No que se refere ao direito à intimidade e à vida privada previstos no art. 5º, X, da Constituição Federal e, por sua vez, ao sigilo bancário é correto afirmar:

(A) As entidades bancárias têm o dever de fornecer à Administração Tributária e ao Judiciário as informações que lhes forem requisitadas para fins de instruir processos administrativos e judiciais.

(B) O Ministério Público, por dispor de poderes investigatórios, pode quebrar o sigilo bancário dos investigados após a instauração de inquérito civil que irá instruir provável Ação Civil Pública, independentemente de autorização judicial.

(C) Segundo a jurisprudência do STF, as Comissões Parlamentares de Inquéritos, por terem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, podem ter acesso aos dados bancários das pessoas, independentemente de autorização judicial.

(D) A polícia judiciária, como integrante da segurança pública, não necessita de autorização judicial para a quebra de sigilo bancário.

(E) À Administração Tributária é permitido o acesso aos dados bancários das pessoas, independentemente de autorização judicial, somente podendo utilizar as informações nos limites de sua atuação.

20. Na organização do Estado brasileiro tem-se que o princípio federativo adotado corresponde a um conceito de federação de equilíbrio. No entanto, são admitidas exceções a esse princípio, a exemplo da admissão de intervenção de um ente federativo sobre outro, e neste caso

(A) o Estado poderá intervir nos Municípios se não for paga por 03 (três) anos consecutivos e independentemente do motivo, a dívida fundada.

(B) o decreto de intervenção deverá especificar a amplitude, o prazo e as condições da execução e será submetido à apreciação do Senado Federal ou da Assembleia Legislativa do Estado no prazo de cinco dias.

(C) a União poderá intervir nos Municípios brasileiros para manter a integridade nacional.

(D) a decretação da intervenção dependerá, no caso de desobediência à ordem ou decisão judicial, de requisição do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do Tribunal Superior Eleitoral.

(E) após cessados os motivos da intervenção, as autoridades afastadas de seus cargos não poderão a ele retornar, pois há impedimento legal para tanto.

21. O artigo 196 da Constituição Federal preconiza que "a saúde é direito de todos e dever do Estado [...]". É correto afirmar que

(A) o financiamento do SUS se dará exclusivamente com recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados e dos Municípios.

(B) o direito à saúde será garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos.

(C) o acesso aos serviços de saúde pública é universal e gratuito somente aos brasileiros e estrangeiros residentes no país, pois possuem cadastro junto ao SUS.

(D) a execução dos serviços de saúde é exclusiva do Poder Público, que somente poderá ser auxiliado por pessoas jurídicas de direito público devidamente autorizadas.

(E) as ações e serviços de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado para atendimento integral, com prioridade às atividades curativas, mesmo que em detrimento dos serviços assistenciais.

22. Tendo em vista os termos do disposto na norma do art. 205 da Constituição Federal, "A educação é direito de todos e dever do Estado e da família",

(A) a União aplicará, anualmente, nunca menos de quinze por cento, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

(B) o ensino é livre à iniciativa privada, independentemente de autorização do Poder Público, sendo dever deste a progressiva universalização do ensino superior.

(C) a educação básica obrigatória e gratuita deve ser assegurada a todos que se encontrem entre 5 e 17 anos de idade.

(D) os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio e os Estados e a União atuarão prioritariamente no ensino superior.

(E) a educação deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

23. No que se refere ao Executivo brasileiro, é correto afirmar:

(A) O Presidente da República não poderá ser suspenso de suas funções, mesmo após o recebimento da denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal em razão do cometimento de infração penal.

(B) Vagando o cargo de Governador de Estado e diante do impedimento do Vice-Governador será chamado para governar o Presidente da Assembleia Legislativa.

(C) O Chefe do Executivo Federal será julgado perante o Supremo Tribunal Federal em razão da prática de qualquer crime.

(D) O Presidente da República não pode delegar o provimento de cargos públicos federais a seus Ministros em razão de se tratar de competência exclusiva.

(E) É função atípica do Executivo editar decretos e regulamentos para sua fiel execução.

24. No que se refere ao controle de constitucionalidade de leis ou atos normativos federais em face da Constituição Federal e às decisões do Supremo Tribunal Federal nos processos de sua competência,

(A) a declaração de inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder Competente para adoção das providências necessárias no prazo de 180 (cento e oitenta) dias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo no prazo de 60 (sessenta) dias.

(B) o Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal.

(C) os partidos políticos, as confederações sindicais e as entidades de classe de âmbito estadual têm competência para propor ação direta de inconstitucionalidade ou declaratória de constitucionalidade.

(D) a capacidade postulatória decorre da Constituição Federal, por isso todos os legitimados ativos não precisam contratar advogado para propor a ação direta de inconstitucionalidade.

(E) o Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão da maioria de seus membros, após reiteradas decisões sobre a matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante.

25. No que se refere ao Legislativo brasileiro, é correto afirmar:

(A) As deliberações de cada Casa do Congresso Nacional e de suas Comissões serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros, salvo disposição constitucional em contrário.

(B) A imunidade material impede que um Deputado Federal seja processado por crime de homicídio praticado após a diplomação.

(C) O Congresso Nacional prescinde da sanção do Presidente da República para dispor sobre matéria relativa ao sistema tributário, arrecadação e distribuição de renda.

(D) Cada legislatura compreende o período entre 2 de fevereiro a 17 de julho e 1º de agosto a 22 de dezembro.

(E) O Deputado Federal ou o Senador que for investido em cargo de Ministro de Estado sujeita-se à perda do mandato eletivo.

Direito Civil

26. Considere as seguintes assertivas acerca do reconhecimento dos filhos havidos fora do casamento:

I. É possível que o reconhecimento seja feito por escrito particular, a ser arquivado em cartório.

II. Mostra-se válido e eficaz o reconhecimento de paternidade por manifestação direta e expressa perante o juiz, mesmo que não haja sido o objeto único e principal do ato que o contém.

III. O reconhecimento dos filhos havidos fora do casamento é irrevogável, exceto quando feito em testamento, hipótese na qual poderá ser revogado até a abertura da sucessão.

IV. O reconhecimento pode ser anterior ao nascimento do filho ou ser posterior ao seu falecimento, se ele deixar descendentes.

V. O reconhecimento do filho maior independe de seu consentimento.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) III, IV e V.
(B) I, II e IV.
(C) I, II e V.
(D) I, III e IV.
(E) II, III e V.

27. João e Maria, ele com 16 anos completos e ela com 15 anos e grávida de seis meses, procuram a Defensoria Pública informando que desejam se casar. No entanto, embora sua mãe consinta, o pai de Maria não concorda com o matrimônio, negando-se a autorizá-lo por motivação racial, pois João é afrodescendente. Nesse caso,

(A) não será permitido o casamento, uma vez que não é possível obter o suprimento de idade e de consentimento em favor de Maria, haja vista ser ela absolutamente incapaz.

(B) será permitido o casamento, mediante pedido judicial de suprimento de idade em favor de João e pedido judicial de suprimento de idade e de consentimento em favor de Maria, ajuizado em face de seu genitor. Será obrigatório o regime da separação de bens, sem comunicação, inclusive, dos aquestos provenientes do esforço comum.

(C) será permitido o casamento, mediante autorização extrajudicial de ambos os pais de João e pedido judicial de suprimento de idade e de consentimento em favor de Maria, ajuizado em face de seu genitor. Será obrigatório o regime da separação de bens.

(D) será permitido o casamento, mediante autorização extrajudicial de ambos os pais de João e pedido judicial de suprimento de idade e de consentimento em favor de Maria, ajuizado em face de seu genitor, cabendo aos noivos eleger o regime de bens.

(E) será permitido o casamento, mediante autorização extrajudicial de ambos os pais de João e da mãe de Maria, não sendo necessário o pedido judicial de suprimento de idade e de consentimento de Maria, uma vez que está grávida. Será obrigatório o regime da separação de bens, sem comunicação, inclusive, dos aquestos provenientes do esforço comum.

28. José da Silva tomou conhecimento da existência de uma rudimentar casa urbana de veraneio, construída sobre um terreno de 300 m^2, que estava desocupada e, com sua esposa e dois filhos, esbulhou o imóvel em 5 de abril de 1998. Desde então, estabeleceu no imóvel sua moradia habitual, mantendo posse com ânimo de dono, de forma pública, contínua, mansa e pacífica. Em 10 de junho de 2010, por contrato particular de compra e venda, José alienou o imóvel a Pedro de Souza, pelo valor de R$ 14.000,00, tendo o comprador passado a utilizar o imóvel também para sua moradia, mantendo as mesmas características da posse exercida pelo vendedor. Em 10 de junho de 2014, Pedro recebeu citação em ação reivindicatória ajuizada pelo espólio do proprietário registral do imóvel, procurando a Defensoria Pública para a defesa de seus direitos. Nesse caso, Pedro

(A) poderá, em sua defesa, alegar a ocorrência da prescrição aquisitiva, na modalidade extraordinária, hábil a ensejar a improcedência da ação reivindicatória contra si manejada.

(B) não poderá alegar, tanto em sua defesa na ação petitória quanto em ação autônoma de usucapião, a ocorrência da prescrição aquisitiva, uma vez que a simples citação na ação ajuizada pelo espólio do proprietário registral interrompe a posse *ad usucapionem*.

(C) não poderá, em sua defesa, alegar a ocorrência da prescrição aquisitiva, podendo, entretanto, ajuizar ação autônoma de usucapião extraordinária.

(D) não poderá alegar, tanto em sua defesa na ação petitória quanto em ação autônoma de usucapião, a ocorrência da prescrição aquisitiva, em qualquer de suas modalidades, pois não atingido prazo suficiente para tanto.

(E) não poderá alegar, tanto em sua defesa na ação petitória quanto em ação autônoma de usucapião, a ocorrência da prescrição aquisitiva na modalidade extraordinária, pois, em que pese tenha implementado o requisito temporal, a posse se originou em esbulho do vendedor.

29. Sobre o Direito das Sucessões no ordenamento jurídico brasileiro é correto afirmar:

(A) A partilha amigável, feita por escritura pública quando as partes forem maiores, capazes e concordes com os respectivos termos, deverá ser levada à homologação judicial em processo de arrolamento ou inventário para constituir título hábil ao registro imobiliário.

(B) O Código Civil de 2002 prevê que a sucessão legítima defere-se, sucessivamente, aos descendentes, em concorrência com o cônjuge sobrevivente, aos ascendentes, aos colaterais, e, por fim, ao cônjuge sobrevivente.

(C) A cessão de direitos hereditários é um negócio jurídico translativo *inter vivos*, podendo ser celebrado mesmo antes da abertura da sucessão.

(D) Na sucessão legítima, a quota-parte do herdeiro renunciante transmite-se aos herdeiros deste. Assim, se o *de cujus* tinha vários filhos e um deles renuncia à herança, o quinhão do renunciante passará para seus filhos.

(E) A sucessão por direito de representação só se verifica na linha reta descendente, nunca na ascendente. Além disso, na linha colateral, ocorrerá em favor dos filhos de irmãos do falecido, quando com irmãos deste concorrerem.

30. Considere as disposições da Lei de Registros Públicos (Lei nº 6.015/73) sobre o registro de imóveis.

I. A alienação de imóvel sobre o qual exista penhora registrada poderá ser normalmente levada a registro no álbum imobiliário, pois descabe ao oficial de registro apreciar questões cujo deslinde pertença, com exclusividade, aos órgãos jurisdicionais.

II. É admitido o registro de contratos particulares autorizados em lei, assinados pelas partes e testemunhas, com as firmas reconhecidas, dispensado o reconhecimento quando se tratar de atos praticados por entidades vinculadas ao Sistema Financeiro da Habitação.

III. Se o registro ou a averbação for omissa, imprecisa ou não exprimir a verdade, a retificação será feita pelo Oficial do Registro de Imóveis competente, a requerimento do interessado, por meio de procedimento administrativo, facultado ao interessado requerer a retificação por meio de procedimento judicial.

IV. O oficial de registro de imóveis não poderá deixar de registrar, na matrícula do imóvel, título que tenha por objeto a sua alienação, mesmo que o bem não esteja matriculado ou registrado em nome do vendedor.

V. O registro de sentença que declara a usucapião depende da existência prévia da matrícula do imóvel, sem a qual aquele não poderá ser levado a efeito.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) III e V.

(B) I, II e IV.

(C) I, II e III.

(D) II e IV.

(E) I, IV e V.

31. Considerando a disciplina jurídica contida no ordenamento jurídico brasileiro acerca dos alimentos e da obrigação alimentar, é correto afirmar:

(A) A pretensão para haver prestações alimentares não pagas prescreve em 03 (três) anos a partir da data em que se vencerem.

(B) O direito à prestação de alimentos é recíproco entre pais e filhos, e extensivo aos ascendentes, apenas até o segundo grau.

(C) O direito a alimentos é insuscetível de compensação e penhora, podendo, entretanto, ser objeto de cessão.

(D) A obrigação dos avós de prestar alimentos é subsidiária e complementar à dos pais, e não solidária.

(E) A obrigação de prestar alimentos transmite-se aos herdeiros do devedor, estando estes obrigados a pagá-los, inclusive, com recursos próprios.

32. Os Direitos da Personalidade são direitos

(A) tutelados, em vida, pelo titular e por parentes em linha reta até o segundo grau, pela via preventiva e repressiva.

(B) de defesa da integridade física, intelectual e moral, abrangendo o resguardo do mínimo existencial, mas não o respeito pelas condições de liberdade e de igualdade, dimensão reservada à proteção pelos direitos fundamentais.

(C) subjetivos de natureza patrimonial e que têm como objeto os bens e os valores essenciais da pessoa.

(D) adquiridos pelo sujeito independentemente da vontade, mas seu exercício admite limitação voluntária, desde que esta não ocorra de forma geral e permanente.

(E) inerentes à dignidade da pessoa humana, razão pela qual sua proteção não se aplica às pessoas jurídicas.

33. O sistema de codificação do Código Civil de 2002

(A) resguardou a igualdade por meio da visão abstrata do sujeito de direitos, considerado em razão das normas jurídicas, e não em face de suas circunstâncias concretas.

(B) adotou a concepção de sistema fechado, uma vez que permitido o diálogo apenas com a Constituição Federal e com as normas especiais de direito privado.

(C) utilizou a técnica legislativa das normas abertas, razão pela qual o processo de aplicação do Direito depende exclusivamente do raciocínio dedutivo e silogístico.

(D) estabeleceu a visão antropocêntrica ao Direito Privado, da qual é exemplo a previsão normativa dos direitos da personalidade.

(E) promoveu a unificação do Direito Privado, com exceção do direito das obrigações, onde manteve a autonomia do Direito Civil e do Direito Empresarial.

34. Conforme a teoria das invalidades e as categorias sistematizadas pelo Código Civil de 2002, considera-se como nulidade absoluta a situação em que o sujeito

(A) confessa dívida em favor de amigo para fraudar a esposa deste em processo de separação.

(B) assina caução excessivamente onerosa a instituição hospitalar por estar premido da necessidade de salvar familiar.

(C) adquire bem com qualidade essencial que este não possui, em razão de induzimento doloso por parte do vendedor.

(D) realiza negócio jurídico contra sua vontade, em razão de ameaça praticada pelo declaratário contra o declarante e sua família.

(E) pratica doação de patrimônio que o coloca em situação de insolvência, com o objetivo de prejudicar credores.

35. Considere as seguintes assertivas sobre o Direito das Obrigações.

I. Quando convertida em perdas e danos, a obrigação solidária conserva sua natureza, enquanto a obrigação indivisível torna-se divisível.

II. Na obrigação indivisível, o devedor que paga a dívida se sub-roga no direito do credor em relação aos demais coobrigados, porém só poderá cobrar dos coobrigados a quota-parte de cada um destes.

III. É possível a formação de vínculo obrigacional no qual o sujeito passivo possua apenas a responsabilidade, mas não o débito pelo qual poderá ser civilmente acionado.

IV. Pessoas futuras, como o nascituro e a pessoa jurídica em formação, não podem figurar em relação jurídica obrigacional.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) II e IV.

(B) I e III.

(C) I, II e III.

(D) I e II.

(E) III e IV.

Direito Processual Civil

36. No procedimento ordinário, de acordo com a disciplina do CPC,

(A) os fatos não impugnados serão presumidos como verdadeiros, excepcionado-se, apenas, aqueles que a seu respeito não for admissível a confissão.

(B) a contestação e a reconvenção poderão ser oferecidas em momentos distintos, desde que no prazo legal.

(C) o réu poderá oferecer resposta na forma de contestação, exceção ou reconvenção, no prazo de 15 (quinze) dias contados da juntada aos autos do mandado citatório devidamente cumprido.

(D) a reconvenção e a exceção serão processadas em apenso aos autos principais.

(E) o réu deve alegar a incompetência relativa, como preliminar da contestação, a fim de evitar preclusão.

37. O artigo 9º do Código de Processo Civil dispõe que "o juiz dará curador especial" ao

(A) incapaz, quando citado por edital.

(B) incapaz, exclusivamente quando não tenha representante legal.

(C) revel, apenas quando citado por edital.

(D) réu preso, quando os interesses em litígio forem indisponíveis.

(E) revel, desde que citado por edital ou com hora certa.

38. Na comunicação dos atos processuais prevista no Código de Processo Civil, a citação

(A) não se fará ao cônjuge ou a qualquer parente do morto, consanguíneo ou afim, em linha reta, ou na linha colateral em terceiro grau, no dia do falecimento e nos 7 (sete) dias seguintes, salvo para evitar perecimento do direito.

(B) não poderá ser feita pelo correio, nas ações de estado.

(C) poderá ser feita pelo correio, nos processos de execução.

(D) por edital determina que o prazo fixado pelo juiz correrá da data da segunda publicação.

(E) válida torna prevento o juízo, induz litispendência e faz litigiosa a coisa; e, desde que ordenada por juiz competente, constitui em mora o devedor e interrompe a prescrição.

39. Durante audiência de instrução e julgamento em processo que tramita sob o rito ordinário houve indeferimento de pergunta do Defensor Público dirigida a uma das testemunhas, havendo evidente prejuízo à parte assistida pela Defensoria Pública. No caso, a medida correta seria a de

(A) interpor agravo de instrumento, postulando o recebimento e abertura de prazo para formação do instrumento e remessa ao Tribunal de Justiça.

(B) interpor agravo de instrumento, oral e imediatamente, constando do termo de audiência.

(C) arguir nulidade, postulando que conste tal arguição no termo de audiência, objetivando posterior interposição do recurso de agravo retido, por petição dirigida ao Juiz da causa, no prazo de 10 (dez) dias.

(D) interpor, de forma oral, agravo retido imediatamente à decisão proferida, expondo sucintamente as razões.

(E) interpor agravo de instrumento no prazo de 10 (dez) dias, após arguida nulidade durante a audiência, tendo tal constado do termo.

40. Sobre petição inicial, o Código de Processo Civil dispõe que

(A) o pedido será sucessivo, quando, pela natureza da obrigação, o devedor puder cumprir a prestação de mais de um modo.

(B) o requerimento para a citação do réu não é requisito previsto, sendo decorrência lógica do procedimento.

(C) é permitida a cumulação, num único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, desde que sejam, no mínimo, conexos.

(D) são considerados compreendidos, no pedido principal, os juros legais e as prestações periódicas, em face da regra geral da interpretação extensiva dos pedidos, compatível com a modernização do processo civil, voltada para a efetividade dos direitos.

(E) é causa de seu indeferimento a escolha, pelo autor, de procedimento não correspondente à natureza da causa, salvo se possível a adaptação ao tipo de procedimento legal.

41. Sobre a causa de pedir, é correto afirmar:

(A) O fundamento legal invocado na petição inicial e a argumentação utilizada integram a causa de pedir, a qual, juntamente com o pedido, delimita os contornos objetivos da lide, repercutindo no futuro alcance da coisa julgada material.

(B) Traduzida no fato e nos fundamentos jurídicos do pedido, além de expresso requisito da petição inicial, é um dos elementos identificadores da demanda, com repercussão direta no alcance da coisa julgada.

(C) O CPC adotou a teoria da substanciação, exigindo que se apresente o fato, os fundamentos jurídicos (relação jurídica) e o pedido.

(D) O CPC, ao dispor que a causa de pedir deve individualizar os fatos e os fundamentos jurídicos do pedido, adotou a teoria da individuação.

(E) Conforme preceituado pelo CPC, contém o fato e os fundamentos jurídicos do pedido, esses sinônimos de fundamento legal.

42. No que pertine à competência, de acordo com a disciplina do CPC, é correto afirmar:

(A) A continência, diversamente da conexão, pode modificar a competência relativa.

(B) É determinada no momento da propositura da ação, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem o órgão judiciário ou alterarem a competência em razão da matéria ou hierarquia.

(C) Compete à autoridade judiciária brasileira, sem exclusão de outras, conhecer de ações relativas a imóveis situados no Brasil.

(D) A ação fundada em direito pessoal, em regra, será proposta no foro do domicílio do réu, não sendo esse o foro competente para qualquer espécie de ação fundada em direito real.

(E) Nas ações de inventário e partilha, o foro competente será o do local dos bens, com exclusão de qualquer outro.

43. Segundo o Código de Processo Civil

(A) alienada a coisa litigiosa, o adquirente não pode ingressar em juízo, substituindo o alienante, mesmo que consinta a parte contrária, tendo em vista o princípio da estabilização subjetiva da demanda.

(B) somente se autorizado por lei ou pelo juiz da causa alguém pode pleitear, em nome próprio, direito alheio.

(C) quem pleiteia, em nome próprio, direito alheio, atua na condição de sucessor processual, dependendo de autorização legal.

(D) a substituição processual não guarda relação com a legitimação extraordinária, uma vez que pressupõe o falecimento da parte.

(E) o cônjuge somente necessitará do consentimento do outro para propor ações que versem sobre direitos reais imobiliários.

44. Dispõe o CPC acerca do cumprimento de sentença:

(A) É título executivo judicial a sentença estrangeira devidamente homologada pelo Supremo Tribunal Federal.

(B) Na execução provisória da sentença, embora não esteja vedada a alienação de bens do executado, não cabe, em nenhuma hipótese, o levantamento de dinheiro pelo exequente sem o oferecimento de caução idônea.

(C) Se o devedor, condenado ao pagamento de quantia certa ou fixada em liquidação, efetuar o parcial pagamento dentro do prazo de 15 (quinze) dias, será imposta multa no percentual de dez por cento sobre o restante.

(D) O cumprimento da sentença efetuar-se-á perante o juízo que processou a causa no primeiro grau de jurisdição, sem que o exequente possa optar por outro juízo por força do princípio da perpetuação da competência (*perpetuatio jurisdictionis*).

(E) A decisão que resolve a impugnação ao cumprimento de sentença é recorrível mediante agravo de instrumento, mesmo que extinga a execução, tendo em vista o caráter sincrético do procedimento.

45. Sobre o sistema processual civil brasileiro, é correto afirmar:

(A) Sendo reiterados embargos de declaração manifestamente protelatórios, não somente será elevada a multa como ficará condicionada a interposição de qualquer outro recurso ao depósito do valor respectivo.

(B) Quando a matéria controvertida for unicamente de direito e no juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos, poderá ser dispensada a citação e proferida sentença, reproduzindo-se o teor da anteriormente prolatada (improcedência *prima facie*). Se o autor apelar, é facultado ao juiz decidir, no prazo de 5 (cinco) dias, não manter a sentença e determinar o prosseguimento da ação. Caso seja mantida a sentença, os autos serão imediatamente encaminhados ao tribunal competente, sem que seja oportunizada resposta ao recurso, uma vez que ainda não angularizada a relação processual.

(C) Em atenção à teoria da causa madura, nos casos de extinção do processo sem julgamento do mérito, o tribunal pode, no recurso de apelação, julgar desde logo a lide mesmo que a causa verse sobre questão de fato, conquanto existam condições para o imediato julgamento, o que homenageia os princípios da celeridade processual e da instrumentalidade das formas.

(D) Enquanto o efeito devolutivo em extensão do recurso de apelação relaciona-se com o princípio inquisitivo, estando atrelado aos fundamentos da inconformidade (*tantum devolutum quantum appellatum*), o efeito devolutivo em profundidade ou translativo guarda relação com o princípio dispositivo, atrelando-se aos pedidos recursais.

(E) Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, reformar sua decisão. Não sendo ela reformada, será ordenada a intimação do réu para responder ao recurso, encaminhando-se os autos, posteriormente, ao tribunal competente.

Direito do Consumidor

46. Sobre a proteção contratual do consumidor no Sistema Nacional de Proteção ao Consumidor, é correto afirmar que

(A) a concepção clássica do contrato, fundada nos princípios da autonomia privada, da força obrigatória dos contratos e da relatividade das convenções foi revista, dando lugar à nova teoria contratual fundada na cláusula geral da boa-fé objetiva e no princípio do equilíbrio econômico.

(B) é possível ao magistrado declarar a nulidade de determinada cláusula considerada abusiva inserida em contrato de adesão e afastar completamente seus efeitos, mas não lhe será possível integrar o referido contrato, modificando o seu conteúdo.

(C) somente as hipóteses previstas no artigo 51 do Código de Defesa do Consumidor – CDC podem ser consideradas abusivas, sendo descabida a utilização de critérios abertos para a aferição da abusividade de determinada cláusula.

(D) a limitação da multa de mora decorrente de inadimplemento de obrigação no seu termo a 2% do valor da prestação restringe-se aos contratos que envolvam outorga de crédito ou concessão de financiamento ao consumidor.

(E) o fornecedor poderá colocar no mercado de consumo produto ou serviço que sabe ou deveria saber apresentar alto grau de nocividade ou periculosidade à saúde ou segurança, desde que comunique o fato imediatamente às autoridades competentes e aos consumidores.

47. Quanto à facilitação da defesa do consumidor em juízo no Sistema Nacional de Proteção ao Consumidor, em se tratando de relação de consumo,

(A) a inversão do ônus da prova nas ações civis públicas não são admissíveis em favor do autor se este for a Defensoria Pública, o Ministério Público ou uma das associações legitimadas.

(B) a inversão do ônus da prova depende de requerimento do consumidor e de determinação judicial, não podendo ser pronunciada de ofício pelo juiz.

(C) as partes somente poderão estabelecer cláusula de inversão do ônus da prova em prejuízo do consumidor, se esta for redigida de forma clara e com destaque, permitindo sua imediata e fácil compreensão.

(D) o Magistrado poderá inverter o ônus da prova em benefício do consumidor sempre que for verossímil sua alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência.

(E) a denunciação à lide é admitida em casos excepcionais e previstos em lei, como na hipótese do direito de regresso do fornecedor que indenizar o consumidor pelos danos decorrentes de fato do produto em face dos demais responsáveis legais.

48. À luz do Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar:

(A) As práticas abusivas ensejam a aplicação de sanções administrativas desde que impostas mediante prévio processo administrativo, sob pena de violação do devido processo legal, não sendo admissível o sancionamento cautelar.

(B) Uma vez apresentado ao consumidor, o orçamento obriga o fornecedor e não pode ser alterado mediante livre negociação das partes, haja vista a presunção de hipossuficiência daquele.

(C) Constitui prática abusiva toda e qualquer conduta do fornecedor que condicione o fornecimento de produto ou serviço a limites quantitativos.

(D) Salvo estipulação em contrário, o valor orçado terá validade pelo prazo de 15 (quinze) dias, contados da solicitação do consumidor.

(E) Incorre em prática abusiva o fornecedor que recusa a venda de bens, diretamente a quem se disponha a adquiri-los mediante pronto pagamento, fundamentado na existência de débito anterior impago pelo consumidor.

49. De acordo com o Sistema Nacional de Proteção ao Consumidor, é correto afirmar:

(A) É admitido o corte ou a interrupção da prestação de serviços públicos essenciais, como o de fornecimento de energia elétrica, em face de inadimplemento do consumidor, ainda que haja contestação judicial do referido débito e independentemente de sua prévia notificação.

(B) Informações relativas a inadimplemento de débitos pelos consumidores deverão ser excluídas dos bancos de dados de proteção ao crédito no prazo de 03 (três) anos.

(C) Não é considerada prática abusiva o envio de cartão de crédito bloqueado à residência do consumidor, ainda que sem prévia e expressa solicitação deste, já que ficará a critério do consumidor a sua utilização.

(D) O CDC admite a desconsideração da personalidade da pessoa jurídica em prol dos interesses dos consumidores mesmo em casos em que não há abuso de direito, sempre que a sua personalidade jurídica for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.

(E) O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou, salvo se tal cobrança houver sido feita apenas extrajudicialmente.

50. Acerca da responsabilidade por vício do produto ou serviço, é correto afirmar que

(A) no caso de fornecimento de produtos *in natura*, serão responsáveis solidariamente perante o consumidor, o fornecedor e o produtor claramente identificado.

(B) o CDC prevê a responsabilidade do fornecedor ainda que se trate de vícios aparentes e de fácil constatação.

(C) o prazo para reclamar pelos vícios dos produtos é de 30 (trinta) dias para não-duráveis e de 90 (noventa) dias para duráveis, sendo que, em se tratando de decadência, tal prazo não se interrompe nem se suspende.

(D) a responsabilidade do comerciante é apenas subsidiária, já que este só poderá ser responsabilizado quando o fabricante, o construtor, o produtor ou o importador não puderem ser identificados.

(E) caso o vício não seja reparado no prazo legal, o consumidor poderá exigir, sucessivamente, a devolução do valor pago, a substituição do produto por outro da mesma espécie e em perfeitas condições de uso, e, por fim, o abatimento proporcional do preço.

Direito Penal

51. Sobre o tempo e o lugar do crime, o Código Penal para estabelecer

(A) o tempo do crime, adotou, como regra, a teoria da ubiquidade, e, para estabelecer o lugar do crime, a teoria da ação.

(B) o tempo e o lugar do crime, adotou, como regra, a teoria da ação.

(C) o tempo e o lugar do crime, adotou, como regra, a teoria do resultado.

(D) o tempo e o lugar do crime, adotou, como regra, a teoria da ubiquidade.

(E) o tempo do crime, adotou, como regra, a teoria da ação, e, para estabelecer o lugar do crime, a teoria da ubiquidade.

52. Ivo, após anunciar "assalto" em desfavor de Amadeu, subtraiu da vítima, mediante violência, seu automóvel, certa quantia em dinheiro, telefone celular e o cartão bancário, que contava com a senha de saque anotada no verso. Após circular com o ofendido por cerca de duas horas no automóvel da vítima, a qual transitou sentada no banco do caroneiro, o ofensor dirigiu-se a uma agência bancária e, sozinho, na posse do cartão bancário e da senha, sacou R$ 500,00 da conta do ofendido, que permaneceu no veículo. Amadeu foi libertado apenas uma hora depois de o agente deixar a agência, pois nesse período transitaram sem rumo pela cidade. Nesse caso, Ivo

(A) responderá pelo crime de extorsão indireta, tipo penal previsto no art. 160 do Código Penal.

(B) responderá, em concurso material, pelas figuras típicas de roubo (art. 157 do Código Penal) e de sequestro (art. 148 do Código Penal).

(C) responderá pelo crime de roubo majorado (art. 157, § 2º, V, do Código Penal), pois manteve a vítima em seu poder, restringindo sua liberdade, por tempo superior ao necessário para a consumação do delito.

(D) responderá pelo crime de extorsão qualificada, com previsão no art. 158, § 3º, do Código Penal, primeira parte.

(E) responderá pelo delito de extorsão mediante sequestro, capitulado no art. 159 do Código Penal.

53. A respeito da tipicidade penal, é correto afirmar:

(A) Para a teoria da tipicidade conglobante, a tipicidade penal pressupõe a existência de normas proibitivas e a inexistência de preceitos permissivos da conduta em uma mesma ordem jurídica.

(B) As causas excludentes da ilicitude restringem-se àquelas previstas na Parte Geral do Código Penal.

(C) A figura do crime impossível prevista no art. 17 do Código Penal retrata hipótese de fato típico, mas inculpável.

(D) Pelo Código Penal, aquele que concretiza conduta prevista hipoteticamente como crime, mas que age em obediência à ordem de superior hierárquico que não seja notoriamente ilegal, pratica ação atípica penalmente.

(E) Nas hipóteses de estado de necessidade, o Código Penal prevê que o excesso doloso disposto no parágrafo único do art. 23 do Código Penal torna ilícita conduta originalmente permitida, o que não ocorre com o excesso culposo, que mantém a ação excessiva impunível.

54. Marcos e Rodrigo instigaram Juarez, que sofria de depressão, a cometer suicídio, pois, na condição de herdeiros do último, pretendiam a morte do mesmo por interesses econômicos. Ainda que Juarez tenha admitido firmemente a possibilidade de eliminar a própria vida, não praticou qualquer ato executório. Diante desse contexto, Marcos e Rodrigo

(A) poderiam ter a pena reduzida de 1/3 a 1/2, se a pretensão tivesse caráter humanitário, de piedade, e a morte tivesse se consumado.

(B) deverão responder por tentativa de homicídio, visto que a ideia de ambos era eliminar a vida de Juarez para posterior enriquecimento.

(C) serão responsabilizados pelo crime previsto no art. 122 do Código Penal, com redução da pena pelo fato de a vítima não ter atentado contra a própria vida, já que para a consumação do delito basta a mera conduta de instigar.

(D) não responderão pelo crime de instigação ao suicídio, pois não houve morte ou lesão corporal de natureza grave na vítima.

(E) responderiam por instigação ao suicídio, caso, no mínimo, Juarez atentasse contra a própria vida e tivesse ocasionado lesões corporais leves em seu corpo.

55. O instituto conhecido doutrinariamente como delação premiada NÃO está previsto

(A) na Lei nº 11.343/06 (Lei de Drogas).

(B) na Lei nº 9.613/98 (Lavagem de Dinheiro).

(C) na Lei nº 8.137/90 (Crimes Contra a Ordem Tributária, Econômica e Contra as Relações de Consumo).

(D) na Lei nº 8.078/90 (Proteção ao Consumidor).

(E) no art. 159 do Código Penal, que trata da extorsão mediante sequestro.

56. Sobre a Lei nº 9.455/97 (Crimes de Tortura), é correto afirmar que

(A) se a vítima da tortura for criança, a Lei nº 9.455/97 deve ser afastada para incidência do tipo penal específico de tortura previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (art. 233 do ECA).

(B) há previsão legal de crime por omissão.

(C) é inviável a suspensão condicional do processo para qualquer das modalidades típicas previstas na lei.

(D) o regramento impõe, para todos os tipos penais que prevê, que o condenado inicie o cumprimento da pena em regime fechado.

(E) há vedação expressa, no corpo da lei, de aplicação do *sursis* para os condenados por tortura.

57. Sobre as leis penais especiais, é correto afirmar:

(A) Na hipótese de cometimento de crime de lesão corporal contra pessoas portadoras de deficiência, incidirá tipo penal específico previsto na Lei nº 7.853/89 (Lei de Proteção ao Portador de Deficiência).

(B) De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro, para que o agente responda criminalmente por dirigir sem ser habilitado (tipo penal previsto no art. 309 da Lei nº 9.503/97), é necessário, sempre, que sua conduta gere perigo de dano.

(C) Após o Supremo Tribunal Federal ter declarado inconstitucional a vedação da substituição da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direito, é possível a substituição referida para o condenado à pena mínima prevista para as condutas elencadas no *caput* do art. 33 da Lei nº 11.343/06, quando não reconhecida qualquer causa de diminuição da pena, caso o agente seja primário, ostente bons antecedentes e não se dedique às atividades criminosas.

(D) O art. 29 da Lei nº 9.605/98, que prevê crime contra a fauna silvestre brasileira, não excepciona qualquer espécime da fauna.

(E) O Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03) alterou expressamente o art. 115 do Código Penal, a fim de que os prazos prescricionais sejam computados pela metade para aqueles que contarem com 60 anos de idade por ocasião da sentença condenatória.

58. Referente à Teoria Geral do Crime, é correto afirmar:

(A) O erro de tipo essencial invencível exclui o dolo, mas permite a punição de crime culposo, se previsto em lei.

(B) O estado de necessidade agressivo ocorre quando o ato necessário se dirige contra a coisa que promana o perigo para o bem jurídico defendido.

(C) No caso de excesso culposo da legítima defesa, embora o agente somente possa resultar punido com a pena do crime culposo, quando prevista em lei esta estrutura típica, a vontade deste é dirigida ao resultado, de modo que age, na realidade, dolosamente, mas, por erro vencível ou evitável, não sabe que transpôs os limites legais da causa de justificação e exercita defesa desnecessária.

(D) Nas discriminantes putativas, quando o erro recair sobre os limites ou o alcance da justificativa, estaremos diante do erro de tipo permissivo.

(E) Tanto a legítima defesa como o estado de necessidade possuem o caráter de agressão autorizada a bens jurídicos, com diferença, entretanto, de que no estado de necessidade ocorre uma ação predominantemente defensiva com aspectos agressivos, ao passo que na legítima defesa se dá uma ação predominantemente agressiva com aspectos defensivos.

59. O Código Penal, em seu art. 19, prevê que pelo resultado que agrava especialmente a pena só responde o agente que o houver causado ao menos culposamente. **NÃO** se verifica a existência de crime agravado pelo resultado quando

(A) o agente mata intencionalmente a vítima com a finalidade de subtrair seus bens.

(B) a ação que redundar no fato-base for culposa e o evento qualificador culposo.

(C) a ação que redundar no fato-base for dolosa e o evento qualificador doloso.

(D) a ação que redundar no fato-base for dolosa e o evento qualificador culposo.

(E) a ação que redundar no fato-base for culposa e o evento qualificador doloso.

60. João praticou o delito de furto qualificado em 01/05/09, quando contava com 21 anos, o que ensejou o oferecimento de denúncia contra si em 01/07/10, que foi recebida em 05/07/10. Sobreveio sentença condenatória, publicada em 02/07/12, determinando o cumprimento da pena de 2 anos de reclusão. A referida pena, em recurso exclusivo da defesa, foi reduzida para 8 meses de reclusão pelo Juízo de 2º grau, em face do reconhecimento da tentativa, cujo acórdão foi publicado em 03/07/13. Interpostos recursos especiais, tanto pelo Ministério Público como pela Defesa, foram desprovidos em 27/06/14, acórdão publicado em 01/07/14, que transitou em julgado em 31/07/14. No caso concreto, sobre a eventual extinção de punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva estatal, considerando o lapso temporal

(A) ocorrido entre data da publicação do acórdão que reduziu a pena fixada na sentença condenatória e o trânsito em julgado deste, afigura-se prescrita a pretensão punitiva estatal.

(B) ocorrido entre todos os marcos, a pretensão punitiva estatal não se encontra prescrita.

(C) transcorrido entre a data do fato e a data do recebimento da denúncia, afigura-se prescrita a pretensão punitiva estatal.

(D) ocorrido entre a data da publicação da sentença condenatória e a do trânsito em julgado da decisão que julgou os recursos especiais, afigura-se presente a chamada prescrição intercorrente da pretensão punitiva estatal.

(E) transcorrido entre a data do recebimento da denúncia e a data da publicação da sentença condenatória, afigura-se presente a chamada prescrição retroativa da pretensão punitiva estatal.

Direito Processual Penal

61. Jeremias foi preso em flagrante delito pelo cometimento do fato previsto no art. 157, § 2º, I e II, do Código Penal, e no mesmo dia decretada a prisão preventiva com a legítima finalidade de garantir a ordem pública. Com base nestes dados, sob pena de caracterizado o constrangimento ilegal (CPP, art. 648, II), impõe-se que o inquérito policial esteja concluído no prazo máximo de

(A) 60 dias.
(B) 10 dias.
(C) 05 dias.
(D) 15 dias.
(E) 30 dias.

62. No Brasil, segundo a maioria dos doutrinadores, vige o sistema processual penal do tipo acusatório. São características deste sistema processual penal

(A) a imparcialidade do julgador, a flexibilização do contraditório na medida da necessidade para reconstrução da verdade real e a relativização do duplo grau de jurisdição.

(B) o sigilo das audiências, a imparcialidade do julgador e a vedação ao duplo grau de jurisdição.

(C) a igualdade das partes, o contraditório e a publicidade dos atos processuais.

(D) a absoluta separação das funções de acusar e julgar, a publicidade dos atos processuais e a inexistência da coisa julgada.

(E) o sigilo absoluto do inquérito policial, a publicidade dos atos processuais e o duplo grau de jurisdição.

63. Carlos foi denunciado pelo Ministério Público pela prática do fato descrito no art. 157, § 2º, I, do Código Penal. Recebida a denúncia e ordenada a sua citação, não é ele encontrado no endereço indicado na peça inicial a partir do que informado no inquérito policial. É certificada no mandado a circunstância de que lá não mais reside há mais de três meses, ignorado pelo morador e vizinhos seu atual paradeiro. Nesta hipótese, é correta a decisão que

(A) diante da circunstância de haver o réu modificado seu endereço sem comunicar o juízo, decreta a revelia e encaminha os autos à Defensoria Pública para apresentação de resposta à acusação, conferindo-se ao processo regular prosseguimento.

(B) determina que se esgotem os meios possíveis para localização do acusado. Não sendo possível esta, ordena a citação por edital – com prazo de quinze dias – e, caso não compareça devidamente assistido, decreta a revelia com suspensão do processo e do curso do prazo prescricional.

(C) determina que se esgotem os meios possíveis para localização do acusado. Não sendo possível esta, ordena a citação por edital – com prazo de quinze dias – e, caso não compareça devidamente assistido, decreta a revelia com suspensão do processo e do curso do prazo prescricional pelo prazo máximo de noventa dias, e igualmente a prisão cautelar.

(D) determina a citação por edital, com prazo de quinze dias. Caso não compareça o réu devidamente assistido, de imediato decreta a revelia e suspende o processo e o curso do prazo prescricional, com possibilidade, em virtude disto, de decretação de sua prisão preventiva.

(E) determina que se esgotem os meios possíveis para localização do acusado. Não sendo possível esta, ordena a citação por edital – com prazo de quinze dias – e, caso não compareça devidamente assistido, decreta a revelia e encaminha os autos à Defensoria Pública a fim de que seja ofertada resposta à acusação, conferindo-se ao processo regular prosseguimento.

64. José, menor de 21 anos e primário, foi denunciado pela prática do fato previsto no art. 171, *caput* (por 15 vezes), na forma do art. 71, *caput*, ambos do Código Penal. Determinada a citação pessoal, não é encontrado, frustradas as ulteriores diligências empreendidas para sua localização. Com vista dos autos, manifesta-se o Ministério Público pela citação editalícia, requerendo, ainda, a produção antecipada da prova oral (cinco testemunhas foram arroladas). Como argumento legitimador deste último pedido, afirma que o passar do tempo, por si só, é motivo suficiente para o respectivo deferimento, pois pode haver prejuízo ao processo de reconstrução da verdade. O pedido é acolhido pelo juiz a partir do fundamento invocado pelo Ministério Público. Analisada a hipótese acima construída, mostra-se correto afirmar que a decisão está

(A) correta, desde que assegurada ao réu a assistência da defesa técnica, caso em que, observado o contraditório e a ampla defesa, nenhum prejuízo será experimentado.

(B) correta, pois ao Ministério Público compete provar os fatos alegados, cabendo a este apresentar os elementos para formar a convicção do julgador, e igualmente a oportunidade para se desincumbir da carga probatória.

(C) correta, tendo em vista que se trata de crime doloso praticado em continuidade delitiva.

(D) errada, porquanto se trata de réu menor e primário, circunstância obstativa da antecipação da colheita da prova.

(E) errada, porque toda decisão que determina a produção antecipada da prova deve ser concretamente fundamentada, não a justificando o mero decurso do tempo.

65. Sobre a ação penal, é correto afirmar:

(A) Nos crimes de ação penal privada, o juiz, a requerimento da parte que comprovar a sua pobreza ou do Ministério Público, nomeará Defensor Público para promover a ação penal.

(B) Na ação penal pública condicionada à representação do ofendido, a retratação poderá ser realizada impreterivelmente até o recebimento da denúncia.

(C) No caso de ação penal privada subsidiária da pública, o prazo decadencial para o ofendido exercer o seu direito de queixa será contado do dia em que se esgotar o prazo para oferecimento da denúncia.

(D) Nos crimes de ação penal pública incondicionada, o prazo para o Ministério Público oferecer denúncia é de 10 (dez) dias, se o réu estiver preso, e de 30 (trinta) dias, se estiver solto.

(E) Na ação penal privada, havendo mais de um autor do crime, caberá ao ofendido a escolha de exercer o direito de queixa contra aquele que melhor lhe aprouver.

66. João foi denunciado pela prática do fato previsto no art. 121, § 2º, II, do Código Penal. Apresentada resposta à acusação, inquiridas as testemunhas e realizado debate oral, restou pronunciado nos termos alinhados na denúncia. Inconformado com a decisão, querendo recorrer, poderá ele interpor

(A) apelação, no prazo de cinco dias a partir da juntada aos autos do mandado de intimação da pronúncia.

(B) recurso em sentido estrito, no prazo de cinco dias a partir da juntada aos autos do mandado de intimação da pronúncia.

(C) apelação, no prazo de cinco dias a partir da efetiva intimação da pronúncia.

(D) recurso em sentido estrito, no prazo de cinco dias a partir da efetiva intimação da pronúncia.

(E) *habeas corpus*, com a finalidade de obstar o julgamento pelo Tribunal do Júri e a iminente violação de liberdade de locomoção.

67. Acerca dos princípios e garantias fundamentais aplicáveis ao processo penal, o princípio

(A) da ampla defesa assegura ao réu a indisponibilidade ao direito de defesa técnica, que pode ser exercida por defensor privado ou público. Entretanto, quando a defesa técnica for realizada por Defensor Público, será sempre exercida através de manifestação fundamentada.

(B) do duplo grau de jurisdição, expressamente previsto na Constituição Federal, assegura a todos os acusados a revisão da sentença condenatória.

(C) da presunção de inocência impõe um dever de tratamento ao réu, que deve ser considerado inocente durante a instrução do processo. Porém, após o advento de uma sentença condenatória e enquanto tramitar(em) o(s) recurso(s), esta presunção passa a ser de culpabilidade.

(D) da publicidade, inserto no art. 93, IX, da Constituição Federal, estabelece que todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, não admitindo qualquer limitação por lei ordinária, a fim de que não prejudique o interesse público à informação.

(E) *ne procedat judex ex officio* estabelece a inércia da jurisdição. Sendo assim, o Código de Processo Penal proíbe ao juiz determinar, de ofício, no curso da instrução, ou antes de proferir sentença, a realização de diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante.

68. Acerca dos Juizados Especiais Criminais, é correto afirmar:

(A) Tratando-se de ação penal privada ou condicionada à representação, a homologação do acordo sobre os danos civis não implica renúncia ao direito de queixa ou representação por parte do ofendido.

(B) É cabível recurso extraordinário contra decisão proferida por Turma Recursal de Juizado Especial Criminal.

(C) Cabe recurso especial contra decisão proferida por órgão de segundo grau dos Juizados Especiais Criminais.

(D) É cabível a suspensão condicional do processo na desclassificação do crime, na impronúncia e na procedência parcial da pretensão punitiva.

(E) A competência do Juizado Especial Criminal será determinada pelo lugar onde ocorreu o resultado da infração.

69. Considere as seguintes assertivas sobre competência penal:

I. Salvo ocorrência de tráfico interestadual ou para o exterior, quando então a competência será da Justiça Federal, compete à Justiça dos Estados o processo e o julgamento dos crimes relativos a entorpecentes.

II. Compete à Justiça Federal, em ambas as instâncias, o processo e o julgamento dos crimes contra a economia popular.

III. A competência constitucional do Tribunal do Júri prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela Constituição Estadual.

IV. A competência do Tribunal de Justiça para julgar prefeitos restringe-se aos crimes de competência da Justiça comum estadual, nos demais casos, a competência originária caberá ao respectivo tribunal de segundo grau.

V. Viola as garantias do Juiz natural, da ampla defesa e do devido processo legal a atração por continência ou conexão do processo do corréu ao foro por prerrogativa de função de um dos denunciados.

Correspondem a entendimentos sumulados pelo Supremo Tribunal Federal, APENAS

(A) III e IV.

(B) I, II e IV.

(C) I, III e V.

(D) III e V.

(E) II, IV e V.

70. Considere as seguintes assertivas em relação ao procedimento previsto na Lei nº 11.343/06.

I. Para fins de reconhecimento da materialidade do crime de tráfico, a Lei de Tóxicos preceitua que é suficiente o laudo de constatação da natureza e quantidade da droga, firmado por perito oficial ou, na falta deste, por pessoa idônea.

II. Havendo concurso entre as condutas do art. 28 (posse de entorpecentes) e a figura do art. 33, § 3º (oferecer droga para o consumo em conjunto, sem objetivo de lucro), ambas da Lei nº 11.343/06, a competência será do Juizado Especial Criminal.

III. O acusado será notificado para oferecer defesa prévia no prazo de 10 (dez) dias, podendo arrolar o número máximo de cinco testemunhas. O juiz, a seu turno, terá o prazo de 05 (cinco) dias para decidir acerca do recebimento da denúncia.

IV. Após o recebimento da denúncia, o juiz designará dia e hora para a audiência de instrução e julgamento, e ordenará a citação pessoal do acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias.

V. No crime de tráfico de drogas, previsto no art. 33, *caput*, da Lei nº 11.343/06, o réu não poderá apelar da sentença condenatória sem recolher-se à prisão, salvo se for primário e de bons antecedentes.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) II e IV.

(B) III e V.

(C) I, II e III.

(D) II, III e V.

(E) II e III.

Direito das Execuções Penais

71. NÃO é incumbência da Defensoria Pública, no âmbito da Execução Penal,

(A) requerer a interdição, no todo ou em parte, de estabelecimento penal.

(B) representar à autoridade administrativa para a instauração de sindicância ou procedimento administrativo em caso de violação da Lei de Execução Penal.

(C) apresentar relatórios mensais ao Conselho Penitenciário.

(D) requerer a instauração, de forma individual ou coletiva, de incidente de desvio de execução.

(E) requerer a remoção do condenado para estabelecimento prisional, construído pela União Federal, em local distante da condenação.

72. De acordo com as Resoluções do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP,

(A) a visita íntima pode ser restringida às relações heteroafetivas por questões de segurança prisional, em ambiente reservado, cuja privacidade e inviolabilidade sejam asseguradas.

(B) a visita íntima do preso não deve ser proibida ou suspensa a título de sanção disciplinar, inclusive nos casos em que a infração estiver relacionada com o seu exercício.

(C) o transporte de pessoas presas ou internadas pode ser efetuado às expensas do condenado ou de sua família, quando o motivo da locomoção atender unicamente aos interesses pessoais do preso.

(D) o veículo de transporte de pessoas presas ou internadas pode ser utilizado, na falta de local adequado, como instalação de custódia provisória.

(E) os veículos de transporte de pessoas presas ou internadas devem ser periodicamente vistoriados pelo respectivo órgão de trânsito, bem como contar com todos os dispositivos de segurança previstos em regulamentação do órgão competente, notadamente cinto de segurança para todos os passageiros.

73. Uma pessoa presa em regime fechado, definitivamente condenada, prestou 300 dias de trabalho prisional *intra muros*, bem como, simultaneamente, teve frequência escolar de 200 horas, concluindo atividade de ensino médio ao longo do cumprimento da pena. Cada 12 (doze) horas foram divididas em 3 (três) dias de estudo.

Esse indivíduo

I. tem direito à remição de pena, à razão de 1 (um) dia de pena a cada 3 (três) dias de trabalho.

II. tem direito à remição de pena, à razão de 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar.

III. tem direito à remição de pena, com o acréscimo de 1/3 (um terço) de toda a remição conquistada durante o cumprimento da pena devido à conclusão do ensino médio.

IV. em caso da prática de falta grave, obrigatoriamente, perderá 1/3 (um terço) da remição conquistada, recomeçando a contagem a partir da data da infração disciplinar.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) II, III e IV.

(B) I e III.

(C) I e II.

(D) III e IV.

(E) I, II e IV.

74. Segundo as disposições do Decreto nº 8.172/13,

(A) o indulto da pena restritiva de direitos não alcança a pena de multa aplicada cumulativamente.

(B) a prática de qualquer falta disciplinar no período de 12 (doze) meses, contados retroativamente à data de publicação do decreto, devidamente reconhecida pelo juiz competente, impede a declaração de indulto ou comutação de pena.

(C) as pessoas que cumprem pena sob a forma de regime aberto domiciliar, livramento condicional e, ainda, restrição de direitos podem ser beneficiadas com indulto ou comutação.

(D) a remição e a detração são computadas para efeitos de integralização do requisito temporal para declaração do indulto, mas não para a comutação de pena.

(E) em nenhuma hipótese o condenado que cumpre pena somente pela prática de crime hediondo terá direito ao indulto ou à comutação de penas.

75. O sentenciado Mévio, reincidente, cumpre pena por crime hediondo e por crime comum (não hediondo), sem praticar falta grave nos últimos 24 meses. Considerando as disposições do Decreto nº 8.172/13, para atingir o requisito temporal para obtenção de comutação de pena (art. 2º), o apenado terá que, até 25 de dezembro de 2013, ter cumprido

(A) 2/3 (dois terços) da pena do crime hediondo e mais 1/2 (metade) da pena do crime comum.

(B) 1/2 (metade) da pena do crime hediondo e mais 1/3 (um terço) da pena do crime comum.

(C) toda da pena do crime hediondo e mais 1/3 (um terço) da pena do crime comum.

(D) 2/3 (dois terços) da pena do crime hediondo e mais 1/4 (um quarto) da pena do crime comum.

(E) 2/3 (dois terços) da pena do crime hediondo e mais 1/3 (um terço) da pena do crime comum.

Direito da Criança e do Adolescente

76. Marina, atualmente com 15 anos de idade, foi registrada somente em nome de sua genitora Ana, a qual desconhece quem seja o pai biológico da adolescente. Após o nascimento de Marina, Ana casou com Osmar, com quem teve outra filha de nome Cristiane, atualmente com 13 anos de idade. Agora, Osmar pretende adotar Marina, pois sempre a assistiu como filha, tendo laços de afetividade com ela. No entanto, para a adoção de Marina por Osmar, será necessário o consentimento

(A) de Marina, sendo dispensado o consentimento de sua genitora Ana, uma vez que Marina já é adolescente e os laços de afetividade entre Marina e Osmar independem da vontade de Ana.

(B) da genitora Ana apenas, uma vez que Marina e Cristiane são representadas pela genitora por serem menores de idade.

(C) da genitora Ana e o consentimento da irmã Cristiane que já é adolescente, uma vez que Marina, após adotada por Osmar, terá os mesmos direitos sucessórios de Cristiane.

(D) da genitora Ana apenas, uma vez que Marina ainda não conta com 18 anos de idade, e dispensado o consentimento de seu pai biológico, pois desconhecido.

(E) de Marina e também de sua genitora Ana, não sendo necessário o consentimento da irmã Cristiane e dispensado o consentimento do pai biológico de Marina, pois é desconhecido.

77. José, com 11 anos de idade, participou de um ato infracional análogo ao crime de roubo majorado em razão do emprego de arma e do concurso de pessoas, juntamente com dois adolescentes, ambos com 15 anos de idade. A conduta de José foi subtrair relógios de um expositor, colocar os objetos na sua mochila e fugir do local de bicicleta, levando consigo os objetos subtraídos. O Ministério Público apresentou representação com pedido de internação provisória contra os dois adolescentes que estavam com José, sendo que o recebimento da representação ocorreu quando José já contava com 12 anos de idade. Considerando o caso em tela, a autoridade competente poderá determinar medida

(A) socioeducativa apenas de advertência a José, a qual não implica privação da liberdade nem restrição de direitos da criança e do adolescente.

(B) de proteção a José, cumulada com medida socioeducativa de advertência, a qual não implica privação da liberdade nem restrição de direitos da criança e do adolescente.

(C) socioeducativa de internação a José, por prazo não superior a 3 (três) anos, uma vez que este já contava com 12 anos de idade quando do recebimento da representação.

(D) socioeducativa de prestação de serviços à comunidade a José, por período não superior a 6 (seis) meses, cumulada com medida socioeducativa de liberdade assistida de 1 (um) ano.

(E) de proteção a José de encaminhamento aos pais ou responsáveis, mediante termo de responsabilidade, não sendo possível a aplicação de medida socioeducativa.

78. Joana, atualmente com 13 anos de idade e registrada somente em nome da mãe biológica, com quem reside, tem constantes desentendimentos com esta. Na sexta-feira, às 23 horas, após uma discussão entre as duas, a mãe decidiu que não aceitaria mais a permanência da filha em sua residência e, diante da inexistência de família extensa no Município onde residem, levou e deixou Joana em uma entidade de acolhimento institucional do Município para que lá permanecesse. Diante da situação apresentada, a entidade de acolhimento institucional para a qual foi levada e deixada Joana pela genitora, mesmo em se tratando de situação excepcional e de urgência, considerando a inexistência de família extensa no Município e também o horário em que a adolescente foi levada até a entidade,

(A) poderá acolher a adolescente sem prévia determinação da autoridade competente, comunicando o Juiz da Infância e da Juventude do fato em até 24 horas, sob pena de responsabilidade.

(B) não poderá acolher a adolescente sem a autorização da autoridade competente e a adolescente terá de ser encaminhada, para pernoitar, junto à sede do Conselho Tutelar ou da Delegacia de Polícia de Proteção à Criança e ao Adolescente, que deverão ter local apropriado para esse fim.

(C) não poderá acolher a adolescente sem prévia autorização do Juiz da Infância e da Juventude, sob pena de responsabilidade.

(D) poderá acolher a adolescente, no entanto, este acolhimento emergencial somente será feito após parecer prévio e favorável do Ministério Público.

(E) não poderá acolher a adolescente, até que seja suspenso o poder familiar da genitora em relação à filha, a fim de impedir que a genitora possa retirar a adolescente do local sem autorização judicial.

79. Sônia, com 17 anos de idade na data do fato, praticou o ato infracional equiparado ao crime de homicídio qualificado por motivo fútil no dia 05/01/2013, quando foi apreendida em flagrante pela autoridade policial. O Ministério Público apresentou representação contra Sônia e postulou a sua internação provisória em 06/01/2013. Foi recebida a representação e acolhido o pedido de internação provisória em 07/01/2013. Após o devido processo legal, sobreveio sentença em 08/02/2013, julgando procedente a representação e aplicando medida socioeducativa de internação sem possibilidade de atividades externas. A Defensoria Pública, assistindo Sônia no processo, interpôs recurso contra essa decisão, sendo mantida a decisão de primeiro grau pelo Tribunal de Justiça do Estado, transitando em julgado em 30/04/2013. Após iniciar o cumprimento da medida, Sônia foi reavaliada pela primeira vez em 17/06/2013, restando mantida a medida de internação sem possibilidade de atividades externas. Nova reavaliação de Sônia ocorreu em 10/12/2013, mantendo-se novamente a internação sem possibilidade de atividades externas. Sônia foi novamente reavaliada em 02/06/2014, quando foi progredida sua medida para internação com possibilidade de atividades externas, a qual está cumprindo até a presente data. Em 10/07/2014, Sônia praticou crime de homicídio qualificado por motivo fútil, estando o processo criminal em andamento, aguardando a designação de audiência de instrução e julgamento. Considerando os dados apresentados e conforme disposto na Lei nº 8.069/90 (ECA) e na Lei nº 12.594/12 (Lei do SINASE),

(A) a autoridade judiciária competente deverá suspender o processo criminal em curso até o término do cumprimento da medida socioeducativa.

(B) à autoridade judiciária caberá decidir sobre eventual extinção da execução da medida socioeducativa, cientificando da decisão o juízo criminal competente.

(C) a autoridade judiciária deverá extinguir a execução da medida socioeducativa, independente de cientificação da decisão ao juízo criminal competente.

(D) a autoridade judiciária deverá determinar a progressão para a medida de semiliberdade e, após, para a medida de prestação de serviços comunitários, pois não é possível a extinção da internação sem que tenha havido progressão de medida para o meio aberto.

(E) a autoridade judiciária poderá proceder à unificação se a nova medida aplicada for de internação sem possibilidade de atividades externas.

80. No que se refere à reavaliação da manutenção, da substituição ou da suspensão das medidas socioeducativas

(A) em meio aberto, bem como em relação às medidas de privação da liberdade, a reavaliação pode ser solicitada a qualquer tempo, a pedido da direção do programa de atendimento, do defensor, do Ministério Público, do adolescente, de seus pais ou responsáveis.

(B) não poderá ser solicitada a pedido da direção do programa de atendimento, uma vez que o vínculo existente com o programa impede a emissão de parecer acerca da medida socioeducativa em execução.

(C) de liberdade assistida, de semiliberdade e de internação deverão ser reavaliadas no prazo mínimo de 6 (seis) meses e somente a pedido do defensor, do Ministério Público, do adolescente, de seus pais ou responsáveis.

(D) de semiliberdade e de internação deverão ser reavaliadas no prazo máximo de 6 (seis) meses, e somente a pedido do defensor ou do Ministério Público.

(E) de internação poderá ser substituída pela medida de semiliberdade e esta pela medida de liberdade assistida, cumulada ou não com medida de prestação de serviços comunitários, não sendo possível, entretanto, a substituição de medidas em meio aberto ou de semiliberdade por medida de internação, por ser esta mais gravosa.

Direito Tributário

81. O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU está previsto no Código Tributário Nacional e as disposições deste diploma devem ser lidas à luz da Constituição Federal. Com base no atual entendimento jurisprudencial,

(A) a limitação constitucional relativa à anterioridade nonagesimal é aplicável à fixação da base de cálculo do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana.

(B) o imposto, de competência dos Municípios, sobre a propriedade predial e territorial urbana, tem como fato gerador apenas a propriedade, pois a Constituição Federal, ao atribuir aos Municípios tal competência, deixou de referir expressamente a posse.

(C) pode ser exigido o IPTU nos casos em que a posse é exercida precariamente, bem como nas demais situações em que, embora envolvam direitos reais, não estejam diretamente correlacionadas com a aquisição da propriedade.

(D) a posse apta a gerar a obrigação tributária do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana é aquela qualificada pelo *animus domini*, ou seja, a que efetivamente esteja em vias de ser transformada em propriedade, seja por meio da promessa de compra e venda, seja pela posse *ad usucapionem*.

(E) a progressividade do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana será permitida apenas em relação ao valor venal do imóvel, se assim o quiser o legislador municipal, já que se trata de sua faculdade.

82. Considerando a espécie normativa Lei Complementar, é correto afirmar:

(A) A União, mediante Lei Complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional ou estadual, observado o princípio previsto no artigo 150, inciso III, alínea "b", da Constituição Federal.

(B) Lei Ordinária pode revogar conteúdo de Lei Complementar, quando esta tratar do adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas.

(C) Não há hierarquia entre Lei Ordinária e Lei Complementar, mas apenas âmbitos materiais de atuação distintos.

(D) Cabe à Lei Complementar estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, regulando exclusivamente obrigação, lançamento, crédito, prescrição, decadência e isenção tributária.

(E) Lei Ordinária poderá estabelecer critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência, sem prejuízo da competência de a União, por Lei Complementar, estabelecer normas de igual objetivo.

83. A respeito da penhora de bens, segundo a Lei Federal nº 6.830/80,

(A) levando-se em conta os privilégios do executivo fiscal, em não havendo pagamento pelo contribuinte, nem oferecendo este garantia para a execução, a penhora poderá recair sobre qualquer bem do executado, mesmo aqueles declarados absolutamente impenhoráveis, já que a impenhorabilidade não é oponível ao Estado.

(B) o Juiz não poderá ordenar a remoção do bem penhorado para depósito judicial, particular ou da Fazenda Pública exequente, mesmo que esta o requeira.

(C) na respectiva ordem de gradação estão dinheiro, veículos, móveis, imóveis e pedras e metais preciosos, nesta sequência.

(D) a penhora sempre poderá recair sobre estabelecimento comercial, industrial ou agrícola, bem como em plantações ou edifícios em construção.

(E) na respectiva ordem de gradação estão dinheiro, imóveis, veículos e móveis ou semoventes, nesta sequência.

84. Acerca dos institutos da Interpretação e Integração da Legislação Tributária, previstos no Código Tributário Nacional, é correto afirmar:

(A) Os princípios gerais de direito privado não poderão ser utilizados para pesquisa da definição, do conteúdo e do alcance de seus institutos, conceitos e formas, mas poderão ser usados para definição dos respectivos efeitos tributários.

(B) Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará sucessivamente, na ordem indicada, a analogia, os princípios gerais de direito tributário, os princípios gerais de direito público e a equidade.

(C) A lei tributária poderá alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado, utilizados, expressa ou implicitamente, pela Constituição Federal, pelas Constituições dos Estados, ou pelas Leis Orgânicas do Distrito Federal ou dos Municípios, desde que seja para definir ou limitar competências tributárias.

(D) O emprego da analogia poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei.

(E) O emprego da equidade poderá resultar na dispensa do pagamento de tributo devido.

Direito Administrativo

85. Sobre o instituto da desapropriação, é correto afirmar:

(A) Nas desapropriações indiretas, os juros moratórios são devidos desde o desapossamento do particular, pois decorrem de ato ilícito da administração.

(B) Os bens desapropriados serão incorporados de forma definitiva ao patrimônio dominial do poder público e não poderão ser transferidos a particulares.

(C) A desapropriação por interesse social concretiza a função social da propriedade e o seu objetivo principal constitui a redução das desigualdades coletivas.

(D) A necessidade pública pode ser invocada quando a desapropriação for conveniente para o poder público.

(E) O direito de extensão poderá ser formulado através de ação direta ou reconvenção.

86. A desapropriação só é legitimamente exercitável nos limites traçados pela Constituição Federal e nos casos expressos em lei, observado o devido processo legal. Sobre a desapropriação, é correto afirmar que

(A) poderá ser impugnada pelo proprietário, sendo admitido arguir, no prazo da contestação, qualquer vício existente no respectivo processo judicial, a insuficiência do preço ou a ausência de utilidade, necessidade ou interesse social, cabendo, nestas hipóteses, ao Poder Judiciário avaliar o mérito do decreto expropriatório.

(B) poderá ser promovida por concessionárias de serviços públicos, ou estabelecimentos de caráter público, ou que exerçam funções delegadas de poder público mediante autorização expressa, constante de lei ou contrato.

(C) não poderá recair sobre bens públicos de uso comum do povo ou de uso especial e, no caso dos bens dominicais ou dominiais, deverá ser precedida de autorização legislativa da entidade expropriada.

(D) será regulamentada através de leis editadas pela União, Estados e Municípios, as quais disporão sobre as hipóteses de cabimento, procedimento administrativo e processo judicial.

(E) a alegação de urgência, quando prevista, vigerá por 120 (cento e vinte) dias, prazo que poderá ser prorrogado diante de interesse público e enquanto subsistir a declaração de utilidade, necessidade ou interesse, limitado à caducidade do decreto expropriatório.

87. Analise as seguintes proposições:

I. Os serviços públicos *uti universi* são estabelecidos pela administração em observância a suas prioridades, conveniência e recursos financeiros disponíveis.

II. Os serviços públicos *uti singuli* são prestados aos usuários individualizados e criam direito subjetivo de prestação, permitindo ao prejudicado, que reúna as condições técnicas necessárias, buscá-la através da via judicial.

III. Os serviços públicos *uti universi* têm caráter geral e constituem atividade típica do Poder Público e essencial para a coletividade, devendo ser remunerados pelos seus usuários individuais beneficiados através da instituição de taxa.

IV. Os serviços públicos *uti singuli* prestados por órgãos da administração pública indireta ou por delegação a concessionários, como previsto na Constituição Federal, são remunerados por tarifa, aplicando-se o Código de Defesa do Consumidor aos contratos de prestação de serviços.

V. Devido ao relevante interesse coletivo, os serviços públicos referidos pela Constituição Federal somente podem ser explorados de forma direta pelo Poder Público, vedada a delegação a particulares.

É correto o que se afirma APENAS em

(A) III e IV.
(B) I, II e IV.
(C) I e II.
(D) II e IV.
(E) II, III e V.

88. Sobre atos administrativos, é correto afirmar:

(A) A autoexecutoriedade é um atributo de alguns atos administrativos que autoriza a execução coercitiva, independente da concorrência da função jurisdicional.

(B) A autoexecutoriedade constitui atributo dos atos administrativos negociais, que, como contratos, dependem da concorrência de vontade do administrado.

(C) A arguição de invalidade de ato administrativo por vícios ou defeitos impede a imediata execução e afasta a imperatividade.

(D) Todos os atos administrativos possuem como atributos a presunção de legitimidade, a imperatividade e a autoexecutoriedade.

(E) A administração deverá fazer prova da legalidade do ato administrativo quando sobrevier impugnação pelo destinatário.

89. Acerca da responsabilidade civil do Estado, é correto afirmar:

(A) Na liquidação dos danos sofridos pelo particular por ato da administração ou de seus agentes, não serão aplicáveis as regras do Código Civil.

(B) O Estado é solidariamente responsável pelos danos causados a particulares por pessoas jurídicas de sua administração indireta quando prestadoras de serviço público, ou por concessionários e permissionários de serviços públicos.

(C) Não há responsabilidade civil do Estado pelos danos causados por atos legislativos ou leis declaradas inconstitucionais.

(D) Há responsabilidade civil do Estado pelos danos causados a particular por seus agentes no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las.

(E) Os danos causados pelo poder público somente podem ser reparados através da via judicial, sendo defeso acordo administrativo com o lesado.

90. De acordo com a Lei nº 8.666/93,

(A) os prazos de recurso, representação ou pedido de reconsideração se iniciam ou correm com a publicação da súmula no Diário Oficial, ainda que os autos do processo não estejam com vista franqueada ao interessado.

(B) a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado reduz a responsabilidade do executor pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros.

(C) a nulidade do contrato exonera a Administração do dever de indenizar o contratado, inclusive pelo que houver executado até a data em que for declarada.

(D) a declaração de nulidade do contrato possui efeito *ex nunc*, impede os efeitos jurídicos que o negócio deveria produzir e desconstitui os já produzidos.

(E) o instrumento de contrato é facultativo quando puder ser substituído por outros instrumentos hábeis, salvo nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades.

91. Sobre os poderes administrativos, é correto afirmar:

(A) Os atos administrativos decorrentes do exercício do poder discricionário não são passíveis de apreciação judicial.

(B) A possibilidade do administrador interpretar a lei equivale ao exercício do poder administrativo discricionário.

(C) O poder administrativo discricionário pressupõe que a norma legal apresente conceitos jurídicos indeterminados, mas determináveis.

(D) A doutrina dos motivos determinantes estabelece que o administrador deve enunciar os motivos de fato que ensejaram o ato administrativo discricionário.

(E) O motivo, como pressuposto do ato administrativo decorrente do poder discricionário, poderá vir expresso em lei ou deixado à escolha do administrador.

Direitos Humanos

92. Na teoria geral dos direitos humanos, um dos debates mais relevantes diz respeito ao dilema dos seus fundamentos filosóficos. Duas correntes bem distintas lideram a discussão: o relativismo cultural e o universalismo. Os adeptos da doutrina universalista defendem a visão de que

(A) não há uma moral universal, pois a história do mundo é a história de uma pluralidade de culturas.

(B) na medida em que todas as culturas possuem concepções de dignidade humana, deve-se aumentar a consciência das incompletudes culturais mútuas, como pressuposto para um diálogo intercultural.

(C) a noção de direitos está estritamente relacionada ao sistema político, cultural, econômico, moral e social vigente em determinada sociedade.

(D) os direitos humanos decorrem da dignidade humana, na qualidade de valor intrínseco à condição humana, concebendo-se uma noção de direitos baseada em um mínimo ético irredutível.

(E) a cultura é a única fonte de validade de um direito ou regra moral.

93. O documento conhecido como as "100 regras de Brasília", elaborado em 2008 durante a Cúpula Judicial Ibero-americana, consiste em uma declaração de garantia efetiva aos direitos humanos, principalmente pela facilitação do acesso à justiça voltado às pessoas em situação de maior vulnerabilidade. Para fins de aplicação das regras contidas no documento e, de acordo com a concepção ali firmada, consideram-se em condição de vulnerabilidade as pessoas que

(A) exclusivamente pertencem às minorias reconhecidas pelo documento, a saber, os povos indígenas, os migrantes, os privados de liberdade, as vítimas de crimes, as crianças e adolescentes, os idosos, as pessoas com deficiência, as mulheres e os pobres.

(B) por razão da sua idade, gênero, estado físico ou mental, ou por circunstâncias sociais, econômicas, étnicas e/ou culturais, encontram especiais dificuldades em exercitar com plenitude, perante o sistema de justiça, os direitos reconhecidos pelo ordenamento jurídico.

(C) encontrem especiais dificuldades em exercitar com plenitude, perante o sistema de justiça, os direitos reconhecidos pelo ordenamento jurídico exclusivamente em razão de se encontrarem em situação de extrema pobreza, assim consideradas as pessoas que auferem até 03 (três) salários mínimos mensais.

(D) encontrem especiais dificuldades em exercitar com plenitude, perante o sistema de justiça, os direitos reconhecidos pelo ordenamento jurídico exclusivamente em razão de se encontrarem em situação de extrema pobreza, assim consideradas as pessoas que auferem até 01 (um) dólar por dia.

(E) por razão de sua idade, gênero, estado físico ou mental, ou por circunstâncias sociais, econômicas, étnicas e/ou culturais, não disponham de recursos financeiros para custear seu próprio sustento.

94. O enfrentamento das discriminações que, no Brasil, estão proibidas por força da Constituição Federal e dos tratados internacionais de direitos humanos dos quais o país é signatário, atualmente tem discussão em um campo próprio, conhecido como "direito da antidiscriminação". Nesse campo, e considerando os conceitos legais vigentes, considera-se discriminação <u>indireta</u> a

(A) adoção de medidas com aparência de neutralidade, mas que são concebidas intencionalmente para atingir e prejudicar determinados indivíduos ou grupos.

(B) instituição, pelo poder público, de medida em evidente violação a um critério proibido de discriminação.

(C) diferenciação ilegítima, com o propósito de prejuízo, por meio de tratamento menos favorável direcionado a um indivíduo ou grupo.

(D) adoção de medidas, decisões ou práticas com a aparência de neutralidade que têm o efeito ou resultam em um impacto diferenciado ilegítimo sobre um indivíduo ou grupo.

(E) aplicação ou execução, de forma manifestamente desigual, de uma lei neutra.

95. Na disciplina constitucional brasileira sobre o Incidente de Deslocamento de Competência, também conhecido como Incidente de "federalização dos crimes contra os direitos humanos", há previsão expressa de que

(A) apenas o Procurador-Geral da República é legitimado para a propositura do incidente.

(B) somente é admitido o incidente durante o curso do inquérito policial.

(C) o incidente pode ser proposto em toda e qualquer hipótese de violação de direitos humanos.

(D) a competência para o julgamento do incidente é do Supremo Tribunal Federal.

(E) no julgamento do incidente não deve ser considerado o risco de responsabilização internacional do estado brasileiro.

Direito Institucional

96. A Lei Complementar Federal nº 80/94, bem como a Lei Complementar Estadual nº 11.795/02, com suas alterações posteriores, estabelecem deveres, proibições e impedimentos relativos ao exercício do cargo de Defensor Público. No que se refere a tais regramentos pode-se afirmar que o membro da Defensoria Pública

(A) poderá receber honorários advocatícios fixados em processo cível desde que tenha transitado em julgado a sentença.

(B) está proibido de exercer a advocacia fora das atribuições institucionais.

(C) não poderá atuar em processos em que já tenha se manifestado na condição de representante, exclusivamente, de seus ascendentes e descendentes.

(D) deverá residir na comarca onde exerce suas funções, não comportando tal obrigação nenhuma exceção.

(E) deverá representar ao Conselho Superior da Defensoria Pública sobre as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo.

97. Defensor Público, no exercício de suas atividades, entende ser manifestamente inconveniente aos interesses da parte que lhe procurou a propositura da ação pretendida. Diante do caso concreto, considerando a garantia da independência funcional no desempenho de suas atribuições, deverá o Defensor Público

(A) requerer orientação à Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado, e, somente após, comunicar sua decisão ao Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado.

(B) enviar, no prazo de 15 (quinze) dias, justificativa ao Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, que deverá analisá-la na primeira reunião ordinária posterior ao protocolo.

(C) enviar justificativa à Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado, expondo as razões pelas quais não irá patrocinar a causa.

(D) comunicar as razões pelas quais não irá patrocinar a causa ao Defensor Público-Geral do Estado, a quem caberá decidir a controvérsia, indicando, se for o caso, outro Defensor Público para atuar.

(E) requerer autorização para deixar de patrocinar a ação ao Defensor Público-Geral do Estado, que decidirá após a oitiva da Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado.

98. Defensor Público que não registra em seus assentamentos nenhuma sanção disciplinar aplicada, em pleno exercício de suas funções, deixa de cumprir, injustificadamente, designação oriunda do Defensor Público-Geral do Estado. Em razão de sua conduta, está sujeito à aplicação da sanção de

(A) demissão, a ser aplicada pelo Defensor Público-Geral do Estado.

(B) multa, no valor de 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento.

(C) suspensão por até noventa dias, que poderá ter início durante seu período de férias.

(D) remoção compulsória, aplicada pela Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado.

(E) advertência, que será aplicada por escrito, de forma reservada, quando o fato não justificar imposição de pena mais grave.

99. Acerca dos Núcleos Especializados da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul é correto afirmar que

(A) poderão propor medidas judiciais individuais e coletivas no âmbito de sua atuação, acompanhando-as na condição de Defensor Natural.

(B) terão sua criação e extinção proposta pelo Defensor Público-Geral do Estado, de acordo com a conveniência e necessidade da administração.

(C) serão criados e extintos pela Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado, de acordo com a conveniência e necessidade da administração.

(D) poderão editar súmulas, com caráter normativo e vinculante, com o objetivo de melhorar o serviço da Defensoria Pública.

(E) a escolha de seus membros recairá entre integrantes da carreira apenas da Classe Especial, com reconhecida atuação na área e titulação acadêmica específica.

100. É prerrogativa dos membros da Defensoria Pública

(A) comunicar-se, pessoal e reservadamente, com seus assistidos, salvo quando presos em flagrante.

(B) examinar em qualquer juízo ou Tribunal autos de processo que estejam em regular andamento, vedada a vista de processos findos.

(C) requisitar de autoridade pública ou de seus agentes exames, certidões, perícias, vistorias, diligências, processos, documentos, informações, esclarecimentos e providências necessárias ao exercício de suas atribuições.

(D) a inamovibilidade, ressalvada a hipótese de remoção compulsória, e a irredutibilidade de vencimentos.

(E) examinar em qualquer repartição policial, autos de flagrante ou inquérito, sendo vedada, todavia, a extração de cópias.

Cargo ou opção A01 - DEFENSOR PÚBLICO DO ESTADO
Tipo gabarito 3

001 - B	011 - C	021 - B	031 - D	041 - B	051 - E	061 - B	071 - C	081 - D	091 - E
002 - E	012 - D	022 - E	032 - D	042 - B	052 - C	062 - C	072 - E	082 - C	092 - D
003 - D	013 - A	023 - B	033 - D	043 - E	053 - A	063 - B	073 - C	083 - E	093 - B
004 - B	014 - C	024 - B	034 - A	044 - C	054 - D	064 - E	074 - C	084 - B	094 - D
005 - D	015 - B	025 - A	035 - C	045 - A	055 - D	065 - C	075 - E	085 - C	095 - A
006 - B	016 - C	026 - B	036 - C	046 - A	056 - B	066 - D	076 - E	086 - B	096 - B
007 - A	017 - E	027 - C	037 - E	047 - D	057 - B	067 - A	077 - E	087 - B	097 - D
008 - D	018 - A	028 - A	038 - B	048 - E	058 - C	068 - B	078 - A	088 - A	098 - E
009 - D	019 - C	029 - E	039 - D	049 - D	059 - E	069 - A	079 - B	089 - D	099 - A
010 - C	020 - D	030 - C	040 - E	050 - B	060 - D	070 - E	080 - A	090 - E	100 - C